

A indústria do tabaco/cadeia produtiva do tabaco

Entidades pró-tabaco criticam documento-base da COP6

Representantes da indústria e da cultura do tabaco que participaram do Seminário Aberto da CONICQ, no dia 16 de setembro, em Brasília, criticaram o documento-base referente aos artigos que tratam da produção sustentável por associar o setor aos desmatamentos, trabalho infantil e forçado, contrato de trabalho injusto, e disseminador de pobreza no campo.

Segundo Carlos Galant, executivo da Abifumo, a proposta brasileira deveria refletir a realidade da produção de tabaco no País.

Marco Dornelles, representante da Afubra, defendeu maior participação dos produtores, se mostrou preocupado com questões relacionadas ao crédito, e insistiu que o setor vem expandindo experiências bem sucedidas de diversificação nas áreas cultivadas com tabaco.

“É inadmissível respaldar propostas que limitam acesso ao crédito ao pequeno produtor. A prática seria uma grave agressão à Declaração Interpretativa assinada em outubro de 2005, quando da ratificação do Brasil da CQCT. Além disso, a Afubra está fazendo 60 anos e não temos tido acesso aos programas de diversificação que estão sendo propostos. Temos experiências positivas com convênios como Mais Água Mais Renda, Mais Grãos, Expoagro Afubra e teríamos muito a contribuir”, avalia.

O executivo do SindiTabaco, Iro Schünke, critica o que ele chama de reconversão através da redução das áreas cultivadas com tabaco, e defende que a cadeia produtiva do tabaco não pode ser a única penalizada por negligências com a saúde do agricultor, e com o meio-ambiente.

“A indústria é amplamente favorável à diversificação e apoia iniciativas que gerem mais renda na pequena propriedade. O que deveria ser objetivo do documento é na verdade retratado com palavras como “reconversão” e “transmissão” de cultura. A medida de sucesso proposta, portanto, é a redução do número de produtores e da área cultivada com tabaco, e não o incremento de alternativas de produção e de renda. Sinalizamos também com preocupação a proposta do documento de responsabilizar unicamente a indústria por ações relativas às questões de segurança e saúde do produtor rural e meio ambiente. O setor produtivo do tabaco no Brasil é sustentado por um sistema de integração. A indústria é parte fundamental desta cadeia produtiva, mas não é única e tem se mostrado proativa em questões relacionadas à produção sustentável, atuando de forma a conscientizar, prevenir e combater problemas sociais e ambientais relacionados à produção de tabaco”, afirmou Schünke.

[continua](#)

A indústria do tabaco/cadeia produtiva do tabaco

Luis Alberto Faria, vice-presidente da AmproTabaco, prefeito de Canoinhas (SC), defendeu a continuidade da produção de tabaco enquanto houver demanda e maior transparência e diálogo no debate.

“Pedimos que a representação dos produtores e dos municípios produtores seja convidada a participar das reuniões da CONICQ com maior frequência, com o objetivo único de melhorar as práticas e legislar de forma adequada, até porque nós temos ampla experiência neste assunto. Um texto como este certamente seria escrito de forma a contemplar melhor a realidade do segmento no Brasil se contasse com a participação daqueles que estão diretamente envolvidos e que serão, por fim, os maiores interessados com os resultados”, avaliou.

Segundo Mesaque Veres, do Sindicato Rural de Irati, algumas das medidas poderiam desorganizar a cadeia produtiva legal.

“No Paraná, 50% do tabaco consumido é oriundo de contrabando. Nosso intuito é avançar em um processo que evolua para um equilíbrio colaborativo, que possa contemplar as questões da saúde, mas que observe a proteção da cadeia produtiva legal”, disse.

Segundo Heitor Schuch, representante da Comissão da Agricultura da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, a produção de tabaco é uma atividade econômica organizada há mais de 100 anos e que tem melhorado a vida de muita gente.

“É preciso respeitar os produtores e os parques fabris instalados em nossos municípios. Para nós que somos legisladores, regar é organizar interesses. Fica fácil legislar, para quem não está diretamente ligado, seja como produtores, indústria ou representantes de município. É preciso envolver quem está interessado”, defendeu.

Fonte: Jornal Arauto

<http://www.jornalarauto.com.br/Pages/19511/Setor-do-tabaco-busca-posicao-do-governo-sobre-documento-que-sera-avaliado-na-COP-6#.VBsZOvldXiQ>

